

**ANEXO 13**  
**CONTAS VINCULADAS**

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Valores em Conta Corrente Vinculada, as partes:

- (1) O Governo do Estado de São Paulo, neste ato representado pela Secretaria de Parcerias em Investimentos ("Poder Concedente");
- (2) Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. ("Concessionária");
- (3) [■] ("Banco" ou "Agente Financeiro")

**Considerando que:**

- (A) Na data de [■], o Poder Concedente e a Concessionária celebraram o Termo Aditivo nº 1º ao Contrato de Concessão nº 02/2021 ("Termo Aditivo"), que contempla, dentre outras coisas, a inclusão, no escopo contratual, da obrigação da Concessionária de substituir o sistema de sinalização das linhas pelo ETCS-N2, a ser executado como investimento adicional à concessão;
- (B) Nos termos da Cláusula 11ª do Termo Aditivo, em decorrência da inclusão do supracitado investimento adicional, o Poder Concedente reconheceu a existência de saldo de desequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária, em razão dos custos direta e indiretamente resultantes da substituição do sistema de sinalização das linhas pelo ETCS-N2;
- (C) A Cláusula 11.2. do Termo Aditivo estabelece que os pagamentos referentes a esses custos serão efetuados por meio de Conta Corrente Vinculada denominada "Conta Corrente Vinculada – Implantação ETCS-N2", de titularidade da Concessionária, de movimentação restrita, destinada exclusivamente a esse fim.

resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços de Administração de Valores em Conta Corrente Vinculada ("Contrato") que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo:

**Cláusula Primeira – Objeto**

**1.1.** O presente Contrato tem por objeto regular os termos e condições segundo os quais o Agente Financeiro irá atuar, na qualidade de mandatário do Poder Concedente e da Concessionária, consoante disposto no artigo 653 e seguintes do Código Civil, bem como na qualidade de depositário dos recursos a serem mantidos na Conta Corrente Vinculada, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil, efetuando pagamentos, nos estritos termos das disposições deste Contrato e da Cláusula 11ª do Termo Aditivo.

**1.2.** A Concessionária abre, neste ato, junto ao Agente Financeiro, em sua agência [■], a conta corrente [■], denominada "Conta Corrente Vinculada – Implantação ETCS N2", para a finalidade exclusiva de depósito e movimentação dos recursos oriundos do Poder Concedente, destinados

---

<sup>1</sup> Essa é uma minuta referencial, podendo eventualmente sofrer ajustes ou adequações pactuadas pelas Partes, quando da celebração deste Contrato, a fim de assegurar que as premissas materiais do funcionamento das contas bancárias aqui disciplinado sejam atendidas de forma adequada.

ao pagamento dos custos direta e indiretamente resultantes da inclusão da implantação do sistema ETCS-N2 pela Concessionária.

**1.3.** O Agente Financeiro, neste ato, aceita sua nomeação como Procurador do Poder Concedente e da Concessionária, nos termos na Cláusula 2ª abaixo, comprometendo-se a manter os recursos depositados na Conta Corrente Vinculada sob custódia, efetuando pagamentos de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula 3ª deste Contrato.

### **Cláusula Segunda – Poderes do Agente Financeiro**

**2.1.** O Agente Financeiro fica, neste ato, investido, de maneira irrevogável e irretratável, de poderes de representação conferidos pelo Poder Concedente e pela Concessionária para, nos termos do artigo 653 e seguintes do Código Civil, agir em nome de ambos como mandatário e praticar todo e qualquer ato necessário para a total satisfação das obrigações assumidas pelas Partes nos termos deste Contrato e da Cláusula 11ª do Termo Aditivo.

**2.2.** O mandato conferido ao Agente Financeiro constitui condição essencial do negócio e é irrevogável e irretratável durante o período compreendido entre a sua celebração e o prazo de vigência deste Contrato, enquanto subsistir a obrigação do Poder Concedente prevista na cláusula 8ª do Termo Aditivo.

**2.3.** O Agente Financeiro deverá seguir as instruções escritas do Poder Concedente e mencionadas nas Declarações de Pagamento que estejam em conformidade com as disposições expressas do Termo Aditivo e deste Contrato, conforme cláusula 3ª abaixo, não lhe podendo ser exigida a prática de nenhum ato contrário à lei ou que implique o adiantamento de recursos próprios.

**2.4.** O Agente Financeiro se responsabiliza pelos danos patrimoniais diretos e indiretos devidamente comprovados que venha a causar ao Poder Concedente ou à Concessionária decorrentes de erro no cumprimento de suas obrigações, dolo, culpa ou má-fé, em função (i) da prestação dos serviços de administração da Conta Corrente Vinculada; ou (ii) da prática de qualquer ato em desacordo com os procedimentos fixados na Declaração de Pagamento ou neste Contrato.

**2.5.** Na hipótese da Cláusula 2.4 acima, o Agente Financeiro se compromete a indenizar o Poder Concedente ou a Concessionária, conforme o caso, por perdas e danos devidamente comprovados e apurados incorridos por esses, na forma prevista na legislação em vigor, inclusive aqueles relativos a qualquer custo ou despesa que tiverem incorrido ou suportado para a defesa de seus direitos e interesses, inclusive honorários advocatícios.

### **Cláusula Terceira – Contabilização e Movimentação da Conta Corrente**

**3.1.** O Poder Concedente se compromete a depositar e manter recursos na Conta Corrente Vinculada, de acordo com as etapas, prazos e requisitos descritos na Cláusula 11ª do Termo Aditivo, especialmente a Cláusula 11.6 e seguintes, com a manutenção, pelo Poder Concedente, de saldo mínimo da Conta Corrente Vinculada até a efetiva conclusão da implantação do sistema de sinalização ETCS-N2 pela Concessionária.

**3.2.** Nos termos da Cláusula 11ª do Termo Aditivo, a Concessionária entregará ao Poder Concedente todos os documentos relativos à medição dos pagamentos a serem efetuados exclusivamente pelo Poder Concedente, para sua aprovação e emissão da respectiva Declaração de Pagamento em função da efetiva implantação do sistema de sinalização ETCS-N2.

**3.2.1.** O Agente Financeiro procederá ao pagamento mediante emissão da Declaração de Pagamento pelo Poder Concedente (“Declaração de Pagamento”), conforme modelo do Anexo I deste Contrato, a qual atestará que foram cumpridos todos os requisitos para o

pagamento da parcela correspondente ao evento para desembolso, bem como conterá (i) descrição do evento, (ii) valor do pagamento.

**3.2.2.** O Agente Financeiro deverá promover o pagamento das parcelas de desembolso mencionadas na Declaração de Pagamento por meio de transferência da Conta Corrente Vinculada para a conta corrente nº [■], agência [■], do Banco [■], de titularidade da Concessionária, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Declaração de Pagamento.

**3.2.3.** O Agente Financeiro deverá disponibilizar os comprovantes de quitação e pagamento das parcelas de desembolso para retirada da Concessionária, com cópia ao Poder Concedente, no endereço mencionado na cláusula 6ª deste Contrato, no mesmo dia do pagamento das mesmas.

**3.3.** Observado o disposto na cláusula 3.2 deste Contrato, a Conta Corrente Vinculada será movimentada unicamente pelo Agente Financeiro, para realizar crédito na conta corrente indicada na cláusula 3.2.2 deste Contrato, não sendo permitida a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação.

**3.4.** As Partes reconhecem que os recursos aportados e mantidos na Conta Corrente Vinculada serão destinados única e exclusivamente ao custeio das despesas indicados na Cláusula 11ª do Termo Aditivo. Da mesma maneira, as Partes estabelecem que todas as receitas financeiras decorrentes dos referidos recursos serão apropriadas e utilizadas única e exclusivamente para tal custeio.

**3.4.1.** As partes acordam que os recursos aportados na Conta Corrente Vinculada poderão ser aplicados em investimentos pela Concessionária, nos termos da Cláusula 4ª deste Contrato, desde que exista a concordância expressa do Poder Concedente, com o montante a ser aplicado e a descrição detalhada do tipo de aplicação.

**3.4.2.** Na hipótese de ordens judiciais de bloqueio e/ou transferências de valores, que atinjam os recursos mantidos na Conta Corrente Vinculada e/ou aplicados em investimentos financeiros, fica o Agente Financeiro:

- (i) obrigado a imediatamente comunicar o Poder Concedente e a Concessionária;
- (ii) obrigado a auxiliar, no que for necessário, o Poder Concedente e a Concessionária a tomarem todas e quaisquer medidas necessárias ao desbloqueio da Conta Corrente Vinculada; e
- (iii) exonerado e liberado de toda e qualquer responsabilidade referente ao não pagamento mencionado na Declaração de Pagamento enquanto a Conta Corrente Vinculada estiver bloqueada, não podendo ser imputada nenhuma das responsabilidades previstas na cláusula 2ª deste Contrato, pelo não cumprimento dos procedimentos previstos nesta cláusula 3ª.

**3.4.3.** Após o integral cumprimento das obrigações de pagamento previstas na Cláusula 11ª do Termo Aditivo, o Poder Concedente, com a devida concordância da Concessionária, solicitará ao Agente Financeiro que realize a transferência de eventual saldo disponível na Conta Corrente Vinculada para conta de titularidade exclusiva do Poder Concedente.

**3.5.** O Agente Financeiro deverá fornecer um extrato da Conta Corrente Vinculada de imediato, sempre que solicitado pelo Poder Concedente e Concessionária ou fornecer acesso via eletrônica (Internet Banking).

#### **Cláusula Quarta – Aplicação dos valores depositados na Conta Corrente Vinculada**

**4.1.** Nos termos da cláusula 3.4.1 deste Contrato, as Partes reconhecem que os recursos aportados, pelo Poder Concedente, e mantidos na Conta Corrente Vinculada, poderão ser aplicados, pela Concessionária, nas seguintes alternativas de investimentos:

- (i) Títulos públicos pós-fixados de emissão do Tesouro Nacional, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas na cláusula 8ª do Termo Aditivo;

- (ii) Títulos privados pós-fixados, nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, com liquidez compatível com as obrigações de transferência previstas na cláusula 8ª do Termo Aditivo;
- (iii) Cotas de fundo de investimento administrados, nos termos da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Banco Central do Brasil, com liquidez compatível com as necessidades da Conta Corrente Vinculada, cuja política de investimento admita a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens (i) e (ii) acima, e apenas admita a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista, até o limite dessas.

**4.2.** Todas as aplicações referidas na cláusula 4.1 deste Contrato serão ser realizadas com recursos da Conta Corrente Vinculada e os resgates deverão ser feitos por meio de crédito na mesma conta. O rendimento obtido com os investimentos dos valores depositados na Conta Corrente Vinculada será acrescido ao saldo da respectiva conta, que se destinará, exclusivamente, ao pagamento dos custos direta e indiretamente resultantes da implantação do sistema ETCS-N2 pela Concessionária.

#### **Cláusula Quinta – Prazo e Vigência**

**5.1.** Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até o integral cumprimento das obrigações previstas na cláusula 8ª do Termo Aditivo.

#### **Cláusula Sexta – Comunicações**

**6.1.** Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das partes nos termos deste Contrato deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, e deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

**(a) Se para a Concessionária**

[incluir endereço físico]

[incluir endereços eletrônicos]

**(b) Se para o Poder Concedente**

[incluir endereço físico]

[incluir endereços eletrônicos]

**(c) Se para o Agente Financeiro**

[incluir endereço físico]

[incluir endereços eletrônicos]

**6.2.** Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues sob protocolo ou mediante “Aviso de Recebimento em Mãos” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação inequívoca do recebimento da transmissão via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica.

#### **Cláusula Sétima – Foro**

**7.1.** Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para solução de quaisquer controvérsias decorrentes do presente Contrato.

#### **Cláusula Oitava – Disposições Gerais**

- 8.1.** Qualquer alteração ao presente Contrato só será considerada válida, exigível e eficaz se feita por escrito e assinada por todas as Partes ou seus sucessores.
- 8.2.** O não exercício, total ou parcial, de qualquer direito decorrente do presente Contrato não implicará novação da obrigação ou renúncia ao respectivo direito por seu titular.
- 8.3.** A eventual invalidade e/ou ineficácia de uma ou mais cláusulas não afetará as demais disposições do presente Contrato.

As Partes firmam o presente Contrato em [■] ([■]) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[local], [■] de [■] de [■]

[Página de assinaturas]

---

**ANEXO I**  
**MODELO DECLARAÇÃO PARA PAGAMENTO Nº \_\_\_\_\_**

A Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões do Serviço Público de Transportes de Passageiros – CMCP, vinculada à Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo, no cumprimento das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 51.308/2006 e na forma da Resolução SPI nº 10/2023, **DECLARA** que foram cumpridos pela Concessionária todos os requisitos para o pagamento dos desembolsos abaixo discriminados, autorizando, portanto, o Agente Financeiro a promover a transferência de recursos da Conta Corrente Vinculada, solicitando providências cabíveis.

Identificação da parcela de desembolso	Descrição do Evento	Valor R\$

São Paulo, [■] de [■] de [■].